

A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E A DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PACÍFICO, Juracy Machado/UNIR¹

RESUMO: O texto aborda a temática das diferenças étnico-raciais e socioculturais presentes também nas escolas de educação infantil bem como de que forma vem sendo incorporada aos projetos político-pedagógicos das dessas escolas. Legalmente, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29). É desse lugar que falamos sobre a real e necessária presença das diferenças socioculturais, o que aponta para o objetivo desse texto que é promover uma reflexão por parte de educadores e educadoras sobre como as diferenças étnico-raciais e socioculturais são trabalhadas em escolas de educação infantil e de que forma vem sendo incorporadas aos projetos político-pedagógicos dessas escolas. As questões propostas no texto resultam de estudos teóricos e de análise documental, em especial, da legislação voltada para a regulamentação da Educação Infantil no que tange à temática étnico-racial. Conclui que existem alguns desafios a serem superados pelas escolas de educação infantil principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de uma pedagogia capaz de estabelecer um diálogo entre sujeitos com diferenças étnicas e culturais. Além do conhecimento da diversidade sociocultural das crianças e suas famílias, a escola precisa construir uma pedagogia capaz de estabelecer relações dialógicas entre as diferenças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Diversidade Cultural. Educação Intercultural.

O objetivo desta comunicação é destacar questões que possam promover uma reflexão por parte, principalmente, de educadores e educadoras, sobre como as diferenças socioculturais são trabalhadas em escolas de educação infantil e de que forma vem sendo incorporadas aos projetos político-pedagógicos das escolas.

Legalmente, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29).

Conforme Parecer 20 de 11/11/2009, as creches e pré-escolas ocupam um lugar bastante claro e possuem um caráter institucional e educacional diverso daquele dos contextos domésticos, dos ditos programas alternativos à educação das crianças de zero a cinco anos de idade, ou da educação não-formal. Esse lugar específico não deve negar que muitas famílias necessitam de atendimento para suas crianças em horário noturno, em finais de semana e em períodos esporádicos. Contudo, tais necessidades não podem ou não devem ser atendidas ou superadas

¹ Doutoranda em Educação Escolar/UNESP; Mestre em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano/USP; Professora do Departamento de Ciências da Educação – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR-Campus de Porto Velho; E-mail: ju.mapa@hotmail.com.

em ambientes escolares, embora sejam reais. Conforme o parecer, esse tipo de atendimento, que responde a uma demanda legítima da população, enquadra-se no âmbito de “políticas para a Infância”, devendo ser financiado, orientado e supervisionado por outras áreas, como assistência social, saúde, cultura, esportes, proteção social.

Portanto, creches e pré-escolas se constituem em estabelecimentos educacionais, sejam públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, eliminando a função meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. (BRASIL, 2009a). É desse lugar que falamos sobre a real e necessária presença das diferenças socioculturais que, não sendo inventadas, são parte de nossa existência humana.

De modo geral, há, hoje, um reconhecimento de que vivemos numa sociedade que se caracteriza pela diversidade cultural e que, por isso, a escola não pode deixar de trabalhar nessa perspectiva. A relação entre infância e cultura, no que se refere à diversidade cultural, vem sendo estudada também no âmbito das pesquisas sobre educação infantil. No entanto, conforme já observou Marcon (2006), os estudos e as políticas voltados para a diversidade cultural nos parecem mais acentuados na educação fundamental, média e superior, não ocorrendo com a mesma intensidade na educação infantil. Um exemplo legal é o fato de que a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, na nova redação que dá ao Art. 26-A da LDB nº 9394/1996, propõe que “Nos estabelecimentos de **ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados**, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, mas não toca na Educação Infantil. No entanto, a ausência da nomenclatura Educação Infantil na Lei nos parece indicar descuido com essa etapa da educação básica, embora outros documentos emanados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b) destaquem essa questão como necessária para a **educação básica**, o que **inclui a educação infantil**.

Por outro lado, os reflexos de políticas macro ou da ausência destas acabam por se fazer presentes em aspectos micro, onde de fato as práticas escolares se desenvolvem. Nesse sentido corroboramos o que aponta Marcon (2006), de que mesmo com o avanço de pesquisas nesse campo muitas escolas de educação

infantil não incorporaram em seus projetos político-pedagógicos e nas suas práticas cotidianas as contribuições da educação intercultural.

Entendemos que a educação escolar, enquanto prática e lugar, possibilita e deveria oferecer condições para vivermos como sujeitos, compreendermos a nós mesmos e a respeitar o outro, sem, contudo, negar a diferença, pois é também no contexto escolar que confluem as culturas e as variadas maneiras de os sujeitos darem sentido às suas próprias vidas, rumo à construção de seus sentimentos, valores e práticas.

Segundo Fleuri (2003, p. 17), falar em intercultura é delimitar

[...] um complexo campo de debate entre as variadas concepções e propostas que enfrentam a questão da relação entre processos identitários socioculturais diferentes, focalizando especificamente a possibilidade de respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule. A intercultura vem se configurando como uma nova perspectiva epistemológica, ao mesmo tempo é um objeto de estudo interdisciplinar e transversal, no sentido de tematizar e teorizar a complexidade (para além da pluralidade ou da diversidade) e a ambivalência ou o hibridismo (para além da reciprocidade ou da evolução linear) dos processos de elaboração de significados nas relações intergrupais e intersubjetivas, constituídas de campos identitários em termos de etnias, de gerações, de gênero, de ação social.

Silva (2000) defende que o reconhecimento da diferença é fundamental e ao mesmo tempo uma questão essencialmente pedagógica e curricular. Segundo o autor, as crianças convivem numa sociedade de diferenças e, forçosamente, interagem umas com as outras no espaço da escola. Isso implica, não em se considerar que, por isso, será preciso pensar as relações interculturais, mas sim, que graças também à escola muito mais possibilidades teremos de trocas culturais e de construção de identidades menos etnocêntricas.

Vieira (2001, p. 118) destaca algo fundamental, quanto destaca que o conceito de intercultura está em formação e pede prudência, pois superficialmente o tema pode sugerir a busca de harmonia e convivência entre diferentes culturas, excluindo-se ou minimizando conflitos, na medida em que uma cultura tolere a outra. Mas isso não seria intercultura. Para o autor

[...] não se pretende desenvolver tolerância. Tolerar significa suportar, agüentar, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de uma cultura sobre a outra. O que se pretende é desenvolver relacionamentos cooperativos entre as diferentes culturas, em que sejam mantidas - e respeitadas - as identidades culturais. A intercultura não busca a hegemonia, mas o

reconhecimento da diversidade. Os conflitos permanecem inclusive em nome da democracia, mas devem existir em uma condição de igualdade, onde as diferenças não se reflitam em preconceitos e discriminações (VIEIRA, 2001, p. 118).

Deste modo, o interculturalismo entende e reconhece que no mundo onde vivemos existem diferentes identidades culturais, nem superiores nem inferiores, mas diferentes e, cada uma possui particularidades, especificidades, que devem ser respeitadas ao serem reconhecidas como diferentes. Desta forma, a inter-relação e a interação entre os sujeitos e entre os vários grupos nas diferentes culturas estarão garantidas.

Os estudos (VIEIRA, 2001; FLEURI, 2003) apontam que na educação a interculturalidade aparece como uma possibilidade de proposta pedagógica que busca a construção de relações de cooperação, respeito e aceitação entre diferentes culturas e sujeitos. Visa, deste modo, preservar as identidades culturais, com o objetivo de propiciar a troca de experiências que, não temos dúvida, produz o enriquecimento mútuo. No entanto, como desenvolver uma educação intercultural na educação infantil, considerando que ela não acontece ao acaso, principalmente se considerarmos nosso histórico de produção das diferenças, preconceitos e hierarquização de culturas? Ao acaso já vimos que mais e mais preconceitos se produzem, reproduzem e se legitimam no interior das escolas.

Pensar uma educação intercultural na educação infantil consiste em considerar em primeiro lugar a necessidade de uma revisão crítica dos métodos e conteúdos de aprendizagem para que sejam contemplados aspectos da vida multicultural, pois o nosso país é o país das diferenças, com uma formação étnica e cultural muito diversificada. Pelo mero convívio entre pessoas de culturas diferentes não se possibilita uma prática de educação intercultural. Geralmente, como dissemos, o que se presencia com essa prática de convívio tida como natural é justamente o contrário.

O fundamental, portanto, é que se faça uma reflexão contínua com vistas à superação das relações etnocêntricas presentes tanto em contextos macrossociais como microssociais. Além disso, quando falamos em aceitação de múltiplas culturas, também precisamos estar atentos às diversas identidades de grupos e indivíduos de uma mesma cultura (VIEIRA, 2001, p. 120)

Um primeiro aspecto imprescindível da educação intercultural é o fato de ser dialógica, se faz pelo diálogo entre culturas e aposta na possibilidade de

aprendizagem dos processos pedagógicos que incluam todas as culturas. Como nos lembra Vieira (2001), temos o direito de admirar os valores do outro, não simpatizar com eles ou mesmo se opor a eles. Porém, é perverso e desumano desqualificar ou subjugar os valores do outro aos nossos. Para Marcon (2006), na medida em que uma cultura se considera melhor ou superior, irá também construir meios para justificar a dominação.

Um segundo aspecto fundamental e necessário é que se faça uma discussão ampla sobre a função social da escola para que se torne possível considerar e praticar alternativas educacionais que levem à emancipação e, na perspectiva de Silva (2000), proporcionar uma reflexão sobre o sistema escolar, o currículo, o material didático, o espaço físico da escola e a formação docente.

Destarte, pensar uma Educação Intercultural é, no dizer de Vieira (2001, p. 126), compreender que esta “[...] apresenta-se como uma proposta político-pedagógica que visa à formação para a cidadania e a superação de preconceitos e discriminações que expropriam de seus direitos indivíduos e coletividades.”

Como um terceiro aspecto, mas não menos importante, destacamos o papel do educador e educadora nesse processo. É preciso que também os docentes tenham uma formação que os capacitem olhar as diferenças como componentes indissociáveis e necessários. Somos iguais enquanto espécie, enquanto seres humanos, mas somos diferentes enquanto seres da cultura, produtores de cultura. Para Fleuri (2003, p. 42-43),

Educador é propriamente um sujeito que se insere num processo educativo e interage com outros sujeitos, dedicando particular atenção às relações e aos contextos que vão se criando, de modo a contribuir para a explicação e elaboração dos sentidos (percepção, significado e direção) que os sujeitos em relação constroem e reconstroem. Nestes contextos, o currículo e a programação didática, mais do que um caráter lógico, terão uma função ecológica, ou seja, sua tarefa não será meramente a de configurar um referencial teórico para o repasse hierárquico e progressivo de informações, mas prever e preparar recursos capazes de ativar a elaboração e circulação de informações entre sujeitos, de modo que se autoorganizem em relação de reciprocidade entre si e com o próprio ambiente.

Com Marcon (2006) entendemos que a escola de educação infantil não se constitui num fenômeno isolado do contexto sociocultural, econômico, político e religioso. Nossa perspectiva é a de que a escola se articula diretamente com a

sociedade e, por isso, é permeada por contradições e conflitos, o que exige olhar crítico e analítico para dentro e por dentro dela.

No entanto, como a realidade está em constante construção e não há receitas infalíveis na área de ciências humanas, destacamos alguns desafios para as escolas de educação infantil, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de uma pedagogia capaz de estabelecer um diálogo entre sujeitos com diferenças étnicas e culturais. Tais desafios, conforme Marcon (2006, p. 13-14), são:

a) Reconhecer que não existe uma cultura única e nem apenas uma infância. São múltiplas temporalidades que se entrecruzam no espaço da educação e da cultura infantil. A escola precisa se munir de recursos teóricos e pedagógicos para fazer frente à diversidade sociocultural e econômica das crianças. Os projetos político-pedagógicos precisam dar conta dos múltiplos elementos oriundos da tradição e do contexto atual que interferem na formação e na cultura das crianças.

b) Um segundo desafio é o de reconhecer os direitos da criança a uma educação para a cidadania e para a solidariedade. Nesse processo, a educação intercultural precisa enfrentar de modo radical os valores difundidos pela sociedade de consumo e pela televisão, que estimulam a concorrência e a competição, já que a infância é propícia para a constituição de valores e de princípios, sejam eles considerados bons ou não. Por isso a responsabilidade com o tipo de educação que se irá possibilitar.

c) Um terceiro desafio da educação infantil é aprofundar a perspectiva intercultural no seu trabalho pedagógico. Para tanto, é imprescindível o conhecimento da realidade das crianças, seus modos de vida, valores, comportamentos, etc. Sem esse trabalho de pesquisa, os projetos político-pedagógicos tendem a não desempenhar suas funções. Além do conhecimento da diversidade sociocultural das crianças e suas famílias, a escola precisa construir uma pedagogia capaz de estabelecer relações dialógicas entre as diferenças.

Tais desafios estão voltados ao âmbito do fazer, pois temos vários amparos legais para construirmos coletivamente na escola uma educação intercultural. Apontamos no início desta comunicação que a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 não inclui a educação infantil. De fato não contempla, mas temos a Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009, que institui as diretrizes para a educação infantil que aponta claramente essa necessidade. O Art. 4º desta Resolução destaca que:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009b).

Também o Art. 6º ressalta que as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar, entre outros, os princípios éticos “[...] da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.” (BRASIL, 2009b).

Ainda o Art. 9º da referida Resolução destaca que:

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que: [...] VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade [...].

O Parecer nº 20 de 11 de novembro de 2009, que deu origem à citada Resolução, destaca:

O importante é apoiar as crianças, desde cedo e ao longo de todas as suas experiências cotidianas na Educação Infantil no estabelecimento de uma relação positiva com a instituição educacional, no fortalecimento de sua auto-estima, no interesse e curiosidade pelo conhecimento do mundo, na familiaridade com diferentes linguagens, na aceitação e acolhimento das diferenças entre as pessoas. (BRASIL, 2009a, p. 14).

Com tais bases definidas, apostamos na interpretação de Marcon (2006), para quem a pedagogia dialógica, proposta pela educação intercultural, apresenta uma potencialidade, mas precisa estar articulada de forma global com os projetos político-pedagógicos das escolas. Para este autor, a educação intercultural tem uma importante contribuição para a educação infantil visto que a construção de novas relações socioculturais implica a formação de sujeitos com a capacidade de dialogar e, nesse processo, possam crescer.

E por fim, cumpre-nos destacar que esse caminho ainda está sendo construído, mas será preciso fazê-lo ao caminhar. Por essa razão, encerramos nossa fala com algumas indagações: como a educação infantil brasileira, dos nossos municípios (e da escola em que trabalhamos) vem lidando com as diferenças? Como os preconceitos e as práticas de discriminação se manifestam entre crianças e como são trabalhadas no contexto escolar? Como as diferenças socioculturais são

trabalhadas em escolas de educação infantil e de que forma vem sendo incorporadas aos projetos político-pedagógicos das escolas?

Estas e muitas outras questões precisam ser respondidas pela análise crítica das relações que se estabelecem cotidianamente nas escolas de educação infantil. No entanto, poderíamos nos perguntar a quem compete respondê-las. Não poderíamos pensar outra possibilidade de resposta senão a de que o caminho se faz caminhando e que, portanto, cabe a todos e todas nós que acreditamos em relações sociais que não neguem, mas que respeitem as diferenças socioculturais, respondê-las. Ou seja, todos e todas nós que acreditam que uma educação escolar intercultural é necessária e possível desde (e principalmente) a Educação Infantil somos responsáveis por pensar em possibilidades para que se concretize nas escolas.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 20 de 11 de novembro de 2009**. Brasília: CNE/MEC, 2009a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009**. Brasília: CNE/CEB, 2009b.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

VIEIRA, R. S. Educação intercultural: uma proposta de ação no mundo multicultural. In: FLEURI, R. M. (Org.). **Intercultura: estudos emergentes**. Florianópolis: MOVER; Ijuí: Unijuí, 2001. p. 117-127.

FLEURI, R. M. **Intercultura e Educação**. *Revista Grifos*, n. 15, p. 16 – 47, maio. 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da diferença e da identidade. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARCON, Telmo. **Educação Interculturalidade e infância**. GT Educação de crianças de 0 a 6 anos, nº 07, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2336--Int.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2010.